

## ALIANÇA PARA O PROGRESSO, REGIME MILITAR, O CONTEXTO HISTÓRICO DE UM PROJETO DE DOMINAÇÃO, POR MEIO DAS ESCOLAS POLIVALENTES

José Alfredo de Araújo\*

**RESUMO:** Neste texto, o autor procurou discutir o contexto histórico, no qual foram criadas as Escolas Polivalentes, com destaque para a Escola Polivalente San Diego, em Salvador, no atual bairro do Uruguai. Assim, para compreender o significado que este modelo de escola e educação surgiu, foi preciso fazer uma breve análise dos objetivos da Aliança para o Progresso, a USAID, o Regime Militar e o significado político/ideológico das escolas polivalentes, ou seja, este modelo de escola e educação surge dentro de um contexto historicamente datado. Portanto, mais uma vez foi possível perceber que a educação tem sido utilizada como mecanismo de poder, de controle, dominação, etc., logo, não se pode esquecer que o projeto de escola polivalente estava inserido no contexto de transformações, as quais o Brasil estava vivendo naquele momento histórico, político, econômico e cultural.

**Palavras-chave:** Regime Militar; Aliança para o Progresso; USAID/PREMEM; Escola Polivalente.

### INTRODUÇÃO

O tema é um recorte do capítulo histórico da dissertação *Construindo Cidadãos: Escola, Cidadania e Diversidade Cultural*. Assim, procuro discutir, por meio de uma breve análise histórica, o contexto da Aliança para o Progresso, a Ditadura Militar, a influência da USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) e o PREMEM (*Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio*), na implantação dos Colégios Polivalentes.

Finalmente, discuto o que significou política e economicamente o modelo de Escola Polivalente, procurando fazer uma reflexão sobre o atual Colégio Polivalente San Diego. Este foi escolhido como campo empírico da pesquisa, devido à sua localização em uma área historicamente construída, a partir da exclusão social. Apesar da exclusão, não se pode perder de vista a grande riqueza cultural que existe no bairro do Uruguai, nos Alagados.

Em termos metodológicos da pesquisa, este colégio está sendo utilizado como estudo de caso, na compreensão da formação dos futuros cidadãos, a partir das suas realidades sócio-culturais. Portanto, o tema escolhido tem um grande compromisso em resgatar parte da história da educação, no Brasil contemporâneo, e em repensar o cidadão que está sendo formado, para exercer sua cidadania a partir de suas alteridades, histórias de vida, realidades sócio-culturais, etc.

---

\* Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação – Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus I. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – UNEB – Campus I, Na Linha de Pesquisa-I: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, sob a orientação do Professor Doutor Edmundo Aníbal Herédia. Professor de História da Rede Pública Estadual. E-mail – [alfredoaraujo549@hotmail.com](mailto:alfredoaraujo549@hotmail.com).

## REGIME MILITAR: BREVE HISTÓRICO

Foi dentro deste contexto político brasileiro que foi desenvolvido todo o modelo de educação voltada para a formação do *saber fazer*, nas escolas brasileiras, por meio do modelo Polivalente de escola e educação. Assim sendo, é de grande importância fazer uma análise histórica do que foi e quais eram as propostas políticas econômicas deste regime que foi instalado a partir de 1964, com a queda do então presidente, João Goulart, pelo golpe provocado pelos militares brasileiros, representantes da elite econômica e política brasileira.

A partir de 1950, o Brasil passa por todo um processo de iniciação da industrialização, e várias discussões ocorriam pelo Brasil. Dentre elas: o modelo de desenvolvimento que o país deveria seguir. Assim, duas correntes se destacavam: primeiro, a que defendia uma grande utilização do capital estrangeiro; e uma outra que defendia uma política nacional-desenvolvimentista. Para os defensores do capital estrangeiro, uma abertura ampla do mercado nacional e um controle orçamentário rígido, que tinha por finalidade evitar o déficit público e o aumento da inflação. Já a segunda corrente, conhecida como nacional-desenvolvimentista, queria que o governo interviesse na economia, por meio da criação de empresas estatais e do protecionismo às empresas nacionais. Esta corrente também defendia restrições à entrada de capitais estrangeiros no país, principalmente nos setores energéticos: petróleo e energia. Quem apoiava esta corrente eram os empresários e as Forças Armadas. Assim, o projeto desenvolvimentista do país estava sendo totalmente decidido pela burguesia junto com os militares. Pode-se, então, compreender que este modelo de modernização custou muito caro ao Brasil e principalmente ao povo, e em especial ao trabalhador, que terá de, a partir do contexto histórico do regime militar, se adequar à nova realidade de industrialização do país.

Logo, a América Latina, na qual está o Brasil, em todo seu processo de ocupação e colonização pelos Europeus e os Norte-Americanos, sempre foi vista como simples produtora de riquezas. E foram estes séculos de exploração que marcaram e fizeram surgir, no continente latino americano, sociedades marcadas pela injustiça e desigualdade social. Foi, no final de 1963, que o processo para o golpe teve início. Segundo Silva (1996, p. 321):

[...], eclode em Brasília - a nova custosa Capital Federal – um motim de suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, exigindo o direito de voto e melhores condições na tropa, colocando o presidente na difícil situação de apoiar a quebra da hierarquia militar ou fortalecer, pela repressão aos amotinados, seus próprios oponentes.

A partir daquele momento, era possível perceber que a Ditadura de direita, por meio dos militares, estavam lutando por seus interesses, e assim colocando em grande dificuldade política o então presidente da República, João Goulart, que, como se sabe, não era bem visto pelos grupos conservadores; estes não queriam mudanças no comando do jogo político e econômico brasileiro. Portanto, *manter a ordem* era a palavra de ordem das elites dominantes brasileiras naquele momento.

Com dificuldade Goulart contornou a crise, restabelecendo a disciplina militar e trocando comandos para, em seguida, enfrentar uma tentativa de golpe, [...]. Nessas condições resta a Goulart, com apoio das organizações sindicais, dos nacionalistas e dos partidos de esquerda, passar, então para a ofensiva e, buscando nas ruas, através de manifestações de massa e de comícios, a base que lhe faltava no congresso [...]. Assim, uma série de leis é encaminhada ao Congresso, entre elas a lei de Reforma Agrária, em 15 de março de 1964, após espetacular comício na central do Brasil no Rio de Janeiro, local de passagem de milhares de trabalhadores. No dia 26 de março de 1964, eclode uma Revolta

de Marinheiros no Rio de Janeiro, dirigida e planejada por um agente da CIA, o famoso “Cabo Anselmo”, colocando o governo na iminência de dar poderes extraordinários às Forças Militares, em um momento de extrema confusão política [...].O próprio congresso rasgava a Constituição de 1946 que, pretensamente, defendia contra o reformismo do governo, ao declarar o afastamento de Goulart, abrindo, assim um período de mais de 20 anos de arbitrariedade. (SILVA, 1996, p. 321)

É importante perceber nesta análise do processo, que levou ao golpe militar em 1964, a participação dos EUA, interferindo em uma questão política, aparentemente brasileira. Pois se sabe que, em todo o processo para o golpe, havia um grande comando norte-americano por trás dos movimentos contra o governo Goulart. Logo, os EUA foram, sem dúvida, os mais interessados na Ditadura que se estabeleceu por mais de 20 anos no Brasil contemporâneo, e que a prática histórica tem demonstrado em todo o processo de dominação e submissão do Brasil ao capital estrangeiro, o endividamento do país e, como consequência, a exclusão social através de políticas públicas, que tinham por finalidade reafirmar o projeto norte-americano de recolonização capitalista, no continente latino-americano.

Assim, a Ditadura Militar, como parte de um momento histórico da América Latina e do Brasil recente, por meio de ligações com as políticas norte-americanas e as elites dominantes brasileiras, procurou cumprir o seu papel de dominação sobre o povo e todos aqueles que questionavam o modelo vigente de poder. O controle então ficou a cargo dos porões da ditadura, do desemprego, da censura, da pobreza e da educação. Então, é possível perceber que, para as elites, o projeto militar foi muito bom, até o momento em que a elite dominante também começou a perder naquele jogo de interesses da hegemonia norte-americana sobre o Brasil militar, que, por meio de políticas econômicas, culturais e ideológicas procuravam evitar que o socialismo se estendesse no continente, submetendo, assim, os estados e as elites políticas e econômicas destes países na América Latina aos objetivos da potência hegemônica no continente. Neste caso, estava sendo submetido o Brasil, por meio do Regime Militar.

## **POLÍTICA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO**

Obviamente, o Regime Militar instalado no Brasil, a partir 1964, foi um projeto político/econômico de dominação dos países centrais, principalmente os EUA, em relação aos países periféricos. Logo, havia interesse do capitalismo norte-americano no Brasil, que era considerado um país periférico e, portanto, “precisava de ajuda” externa para desenvolver a sua economia. Para tanto, a Educação foi utilizada para imprimir e reproduzir os objetivos e os interesses da nova sociedade industrial, por meio da formação do novo *trabalhador/consumidor/flexível*. Com a finalidade de aumentar os lucros dos países hegemônicos, os países periféricos continuariam o processo histórico de fornecer mão-de-obra barata e desconhecadora da realidade, na qual estava inserida. Para manter essas políticas de dominação, os países hegemônicos buscaram, então, colocar em prática políticas compensatórias, principalmente com o compromisso de ajuda e cooperação. É a partir destas políticas de “ajuda” que se torna possível entender a criação do projeto das Escolas Polivalentes, onde as instituições USAID/MEC/PREMEN fizeram acordos para o novo projeto de educação pública, que, junto ao Estado brasileiro, se empenharam em colocar em prática, por meio das Escolas Polivalentes do país, o novo modelo de educação criado, durante o Regime Militar, através da Aliança para o Progresso.

Assim, os EUA viam, naquele momento histórico, o Brasil como um grande mercado consumidor, reproduzidor de seus valores políticos, ideológicos e culturais, e a educação brasileira,

um excelente mecanismo de dominação. Deste modo, Arapiraca (1982, p. 94) explica sobre a política de ajuda:

Essa medida política é parte de um conjunto de atitudes assumidas pelo governo brasileiro após o seu alinhamento à política de expansão do capitalismo norte-americano na América Latina, com a assinatura da Carta de Punta Del Este, em 1961, que deu origem à Aliança para o Progresso.

Pode-se então perceber que o Brasil, por meio do discurso do doador, “é o grande beneficiário” destas políticas de ajuda e que, por meio de sua burguesia nacional, se beneficiará da nova fase da política norte-americana. Informa Arapiraca (1982, pp. 94/95/101) “[...], a burguesia nacional era beneficiária, da nova fase da política norte-americana, com uma nova metodologia de intervenção diplomática”. Portanto, do Big Stick à segunda fase, identificada historicamente por Aliança para o Progresso, as políticas para a educação foram adotadas sob orientação da USAID (*Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional*), instituição norte-americana que tinha por finalidade “ajudar” os países em desenvolvimento. Assim, o Brasil, a partir do golpe militar, estava pronto para receber todas as ajudas necessárias por meio da USAID, principalmente no campo da educação. Logo, as políticas da Aliança para o Progresso eram a nova forma de dominar os países considerados subdesenvolvidos, que para Arapiraca (1982, pp.103/104)

É sabido por todos que o móvel principal para o surgimento da Aliança para o progresso data do advento da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro. Aquele fato veio mostrar o quanto estava superada a diplomacia do Big Stick, dado o grau de hostilidade que ela acarreta [...] e desde então já se notava que o mundo não mais se dividia somente por fronteiras físicas, mas também por fronteiras ideológicas e econômicas bem explícitas. [...] A política da boa vizinhança através da dissimulação de ajuda é ainda mais que apropriada para os objetivos atuais da geopolítica do capitalismo internacional, praticada a partir dos EUA no continente. Por meio dela tornou-se mais fácil a divisão das nacionalidades através do uso e das concessões feitas às burguesias locais, através das quais tem sido possível manter a relação de dependência dissimulada, acenando para um pretenso desenvolvimento. Essa situação se reflete no plano geral da população, através das variadas metodologias de intervenção social, da qual a educação é sempre utilizada como exemplo de controle ideológico pelo qual se acena para o culto do individualismo e seu aprimoramento como forma de ascensão.

O Brasil, então, por meio do endividamento e da conseqüência dos financiamentos das importações, dá início ao projeto hegemônico e dependência da Aliança para o Progresso. Quanto à ajuda para a educação brasileira, por meio da Aliança para o Progresso, esclarece o jornal A Tarde (Sábado, 11 de Julho de 1962).

#### Dólares para a Educação

[...] A Aliança para o Progresso dá-nos a mão para resolvermos o da educação das crianças sem escola [...]. Neste plano cerca de 4 bilhões de cruzeiros serão parceladamente aplicados. Jamais empregou-se soma de tal vulto na educação, na Bahia [...]. Outro tanto em recursos será recebido pelo governo [...], até que se cumpra na sua totalidade o convênio entre o estado, a Aliança, a Sudene e o Mec. Mas é preciso, nesta oportunidade, deixar-se esclarecido a fonte de onde provem, em grande parte, o benefício que dessa obra advirá para as futuras gerações, principalmente. Devemo-la, sobretudo, à Aliança para o Progresso,

esboçada e concretizada pelo saudoso Presidente Kenedy. Sem os recursos que nos proporciona tal obra seria praticamente impossível no momento.

Ficam claras nesta matéria de um jornal baiano, as relações que os governos brasileiro e baiano firmaram por meio das relações de ajuda, através do governo Norte Americano, em “doar” dólares para o Brasil, através do projeto da Aliança para o Progresso. Assim, o Brasil e a Bahia recebiam dólares para se “desenvolverem”. E a educação, como um dos mecanismos utilizados para reproduzir os valores ideológicos de dominação do doador, recebia grandes quantias em dólar. Assim, cabia ao Brasil como país receptor da ajuda, através do Estado, representante da burguesia local, introjetar por meio da educação, a formação da mão-de-obra flexível. Tudo isso resultado da substituição da política do Big Stick pela política da Boa Vizinhança, ou então, *Aliança para o Progresso*. Ianni (1988, p. 28) esclarece o verdadeiro significado desta política:

Tratava-se de acordos e programas econômicos, políticos, militares e culturais destinados a intensificar e estender a influência dos Estados Unidos e reduzir ou controlar a influência de movimentos, partidos, líderes e programas que tivessem relação direta ou indireta com a resolução socialista ou popular dos problemas nacionais do hemisfério.

Portanto, a Aliança para o Progresso, dissimulando por meio da ajuda aos governos da ditadura e a elite burguesa dominante, evitava qualquer movimento socialista no continente americano, e Cuba foi o maior exemplo para os EUA e o mundo capitalista, naquele momento histórico.

## **A USAID, EPEM E O PREMEM NA IMPLANTAÇÃO DOS COLÉGIOS POLIVALENTES**

O Programa de ajuda, através da USAID ao MEC, só foi possível ser intensificado após o Golpe Militar ocorrido em 1964, pois, a partir do Golpe, toda a estrutura do Estado estava montada para que o programa MEC/USAID fosse colocado em prática, utilizando o aparelho educacional. Logo, a Educação foi o mecanismo utilizado aqui no Brasil, ou seja, o mesmo modelo utilizado nos EUA para as “minorias” (os excluídos da sociedade norte-americana). Assim, o modelo de modernização da educação no Brasil com a ajuda da USAID não foi um projeto de educação desenvolvido a partir da realidade brasileira, mas uma cópia da educação já existente nos EUA. Logo, o objetivo maior desta cooperação USAID/MEC era internalizar no indivíduo a esperança maior, de ele escudar-se nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessário ao processo de modernização da produção nacional, resultado da política da Boa Vizinhança, que substituíra a política do Big Stick. Para tanto, Arapiraca (1982, pp.110-111) esclarece:

O processo de ajuda que se refere estritamente ao segmento educativo. A partir desse segmento, admitimos que houve intenção em legitimar toda uma transformação modernizadora imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Com essa direção impuseram-se mudanças radicais no processo de ensino, objetivando moderniza-lo pela internalização da filosofia pedagógica desenvolvida nos EUA [...], todo o sistema de ensino primário e médio brasileiro foi radicalmente transformado: unificou-se o ensino primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio. Modificou-se estruturalmente a lei básica da normalização de ensino.



E, mais especificamente, criou-se um novo tipo de escola, modelada nas soluções alternativas para as minorias nos EUA, denominado Escola Polivalente.

É dessa forma, com ajuda financeira, política e ideológica internacional que o modelo Polivalente, para as “minorias” brasileiras, nasceu. E a partir de 1965, os responsáveis na esfera federal da educação questionaram a qualidade da educação brasileira, que para eles estava de péssima qualidade. Alegavam, então, a ausência de treinamento de autoridades estaduais de educação, que não estavam preparadas para executar os planos estaduais de ensino. Assim, o CFE (Conselho Federal de Educação), o MEC (Ministério da Educação) e o DES (Diretoria do Ensino Secundário) decidiram que a ajuda norte-americana, através de consultores com ampla experiência no planejamento educacional, seria muito importante para resolver os problemas da educação brasileira. A partir desta decisão, a USAID é convidada para dar suporte técnico e financiar a educação nacional. Para Arapiraca (1982, pp.112-113), a finalidade deste acordo era:

Assistir os conselhos e secretarias estaduais de educação no preparo de seus planos de ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino. Nesse sentido, a USAID contratou, pelo sistema universitário do estado da Califórnia (EUA), representado pela San Diego State College Foundation, inicialmente, os serviços de quatro especialistas para atuarem como consultores pelo período de 2 anos, nas áreas de planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual. Especificamente, esperava-se dos trabalhos de consultoria destes norte-americanos os seguintes resultados:

- a) formação de uma equipe integrada por funcionários do Ministério e do DES devidamente treinados para orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados no setor do planejamento do ensino secundário (o que veio a ser a Equipe de Planejamento do Ensino Médio, a EPEM).
- b) Planos racionais sobre o ensino secundário de âmbito estadual, de grande e pequena amplitude, para um mínimo de seis Estados e para tantos Estados quanto permitissem as condições (resultou no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEN – como sendo o produto do planejamento encomendado à EPEM);
- c) Circunstanciado relatório e recomendações ao Ministério, ao DES e ao Conselho (CFE) acerca das condições e reclamos do ensino secundário no Brasil, decorrente do desenvolvimento de planos estaduais (resultou igualmente na transformação completa do ensino Médio e Primário com a promulgação da Lei nº 5.692/71).

Quanto à USAID, esta exigia do governo brasileiro que: “as partes brasileiras desse convênio envidarão os melhores esforços para dar publicidade ao andamento e realizações desse projeto, através da imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança para o Progresso”. Fica claro, então, que a USAID está atuando no Brasil para imprimir o modelo de dominação imposto através da educação ao povo brasileiro, por meio do acordo MEC/USAID. Mas nesse acordo, que fazia parte da relação entre doador e receptor, os ganhos somente seriam possíveis para o doador; neste caso, os EUA, através da USAID, que estavam financiando a “modernização” da educação brasileira. Arapiraca (1982, P.127), esclarece:

Dessa forma fica evidente, mais uma vez, que, se realmente o programa de ajuda bilateral fosse dirigido no sentido de proporcionar o desenvolvimento independente do Brasil, a partir da exploração de suas potencialidades culturais,

o processo jamais teria sido o de copiar modelos educacionais, como se fez [...]. O modelo alternativo utilizado pelos EUA conota uma marcante dimensão ideológica na solução dos seus problemas sociais na medida em que, reconhecendo as desigualdades sociais, procura dissimular-las através de práticas políticas capazes de manter a hegemonia da classe dirigente. É a política de mudar para continuar. [...]. O financiamento desse programa é o financiamento da nossa dependência político-econômica aos EUA, na mesma medida em que aqueles programas alternativos aplicados para as minorias nos EUA constituem a legitimação daquelas classes como subalternas na sociedade norte-americana: os negros, índios, porto-riquenhos, chicanos.

Confirma, então, que a reprodução deste modelo de educação não levou em conta a realidade cultural brasileira. Coube ao Governo brasileiro, através da ajuda técnica e financeira da USAID, implantar as Escolas Polivalentes para os excluídos do Brasil. Assim, após novo acordo em 13 de maio de 1970, entre USAID/MEC, a EPEM foi incorporada, a partir de 1972, à estrutura de planejamento do MEC, perdendo, portanto, sua autonomia e incorporando-se administrativamente ao PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), sendo este responsável por toda a transformação do sistema médio de ensino brasileiro. A partir de então, foi pelo PREMEM projetado todo plano de reforma, estruturação dos mecanismos de intervenção e o planejamento do treinamento do pessoal que foi e voltou dos EUA, com a finalidade de multiplicar aqui, por meio da educação, os conteúdos adquiridos e internalizados nos EUA, na Universidade de San Diego State Foudation College. Arapiraca (1982, pp. 135-36-37), informa através MEC/SG/PREMEM – *Fundamentação Teórica da Escola Polivalente (série A Escola Polivalente, v. 1)*, mimeog. que:

O programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM – é um organismo administrativo criado pelo Decreto Presidencial de nº 63. 914 de 26 de dezembro de 1968, para incentivar e implementar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio, e, com base no planejamento do EPEM, construir, instalar e equipar Escolas Polivalentes que associam a educação geral à sondagem vocacional. Começou a funcionar em quatro Estados: Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

[...] A fim de compatibilizar o PREMEM aos objetivos de novos acordos de financiamento com a USAID, o governo, através do Decreto nº 70.067 de janeiro de 1972, reformulou a estrutura do órgão, que passou a se denominar Programa de Expansão e Melhoria do ensino – PREMEM –, tendo como objetivo fundamental o aperfeiçoamento de todo o sistema de ensino de 1.º e 2.º graus do país.

Além da orientação técnica dada pela EPEM, o PREMEM assimilou alguns resíduos da idéia do Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) (criação material da Diretoria do Ensino Secundário – DES – do MEC) nos anos sessenta. A elaboração do PREMEM pela EPEM se processou entre 1966 e 1970, quando foram definidas as linhas mestras da Escola Polivalente, para ministrar ensino da 5ª a 8ª série, podendo, a depender da caracterização do modelo de escola (se escola de área ou integrada), cada um deles se diferenciar de acordo como modo pelo qual se relacionava com o contingente de 1.ª à 4.ª série inicial.

Funcionou, então, desta forma, o PREMEM, criado no novo contexto que estava vivendo o Brasil, e, para isso, era necessário que a educação também acompanhasse o tempo histórico da

Aliança para o Progresso, Regime Militar e, como conseqüência, a criação das Escolas Polivalentes.

## O QUE FOI A ESCOLA POLIVALENTE E SUAS PROPOSTAS

Comprehensive High School Norte-Americana. Desta escola vem a origem dos conceitos teóricos da Escola Polivalente que foi implantada aqui no Brasil, durante o Regime Militar. Para Arapiraca (1982, pp.150-151), esses conceitos foram adaptados ao *Brasil numa experiência escolar denominada Ginásio Orientado para o Trabalho, pela Diretoria do Ensino Secundário (DES) do MEC. Experiências nessa linha foram denominadas Ginásios Pluricurriculares, em São Paulo, na Bahia.* (TEIXEIRA, Anísio. Discurso de inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em 1950, na Bahia, como Secretário de Educação e Cultura do Estado - Publicação interna da escola):

Sendo o GOT [...], dizia seu diretor que este proporcionava

Um ensino geral que inclui orientação para o trabalho, e não um ensino geral isolado, que negue qualquer introdução de orientação para o trabalho. Elimina as diferenças entre os ginásios secundários e os ginásios profissionais. (AMADO, Gildásio. Subsídios para Estudo do Ginásio Polivalente. MEC/EPEM/DES, 1969).

[...] Segundo a avaliação do próprio MEC, cerca de seiscentos GOTs foram implantados, coexistindo paralelamente com ginásios tradicionais. A maioria não completou sua organização, limitando-se a uma ou duas áreas técnicas, sem conseguir integrá-las convenientemente aos currículos, através da correlação das atividades pretendida por estas ou aquelas disciplinas. (MEC/DEF – Série ensino Fundamental, 1976, p. 10).

Para o criador do Centro de Educação Popular, na dimensão liberalista de Anísio Teixeira, o aluno deveria praticar na comunidade escolar tudo o que na comunidade adulta de amanhã terá de ser: o estudioso, o operário, o artista, o esportista, o cidadão, enfim, útil, inteligente, responsável e feliz. Tal escola não é um suplemento à vida que a criança vai levar, mas a experiência da vida que ela levará numa sociedade em acelerado processo de mudança. (TEIXEIRA, Anísio. Op. Cit).

Essa experiência, que seria a primeira de uma série de nove, para 4 mil alunos em Salvador, não passou de uma. *O fato é que não existe mais nenhuma em funcionamento. A falência desses experimentos aconteceu mesmo antes do governo ter determinado sua incorporação ao espírito da lei 5692/71.* Todas essas experiências falharam por trazer em si contradições. A principal é que este modelo de escola é para sociedades sem classe; no entanto o Brasil, historicamente, sempre foi uma sociedade dividida em classes sociais. Arapiraca (1982, p. 151) define a função social da escola historicamente quando:

O que se tentou foi inverter a função histórico-social da escola, ingenuamente. A escola única, em si, presuppõe a existência de uma sociedade solidária, não-competitiva. Perceber as coisas de outro modo violenta a razão. Uma sociedade voltada para os valores do capital e sua conseqüente acumulação presuppõe uma prática social competitiva, e isto é incompatível como espírito da Escola Única. A escola capitalista tem de ser necessariamente uma escola de classes. Uma



escola diferenciadora por excelência. Porque a sociedade capitalista é uma sociedade dividida entre patrão e empregado, porque o instituto da propriedade privada dos meios de produção é legalizado. E como somente a poucos é dado o direito de se apropriar daqueles meios, aos restantes é destinado apenas o direito de negociar sua própria força de trabalho.

Comprova-se, então, que o objetivo das escolas polivalentes era desenvolver no aluno uma pedagogia do *aprender a fazer*, o que diferenciava da educação polivalente das escolas Politécnicas e da Escola Única que não visava “direcionar o aluno para o processo de produção como uma meta de consecução mediata”. (ARAPIRACA, 1982, p.154). Tem, portanto, como fim esta escola, segundo o autor acima:

o homem crítico, enquanto ser histórico, capaz de assim se perceber. Mesmo porque o homem se transforma com a atividade que transforma as circunstâncias e, com isso, o próprio homem, porque ele se cria e se realiza como totalidade, na medida da satisfação das necessidades históricas.

Já a Escola Polivalente que estava sendo implantada tinha o projeto de formar jovens para a nova sociedade industrial, para o novo contexto histórico que estava vivendo o Brasil, ou seja, estava sendo implantada uma escola com uma educação que tinha como objetivo principal formar trabalhadores obedientes, flexíveis e não patrões. Portanto uma educação verdadeiramente voltada para uma sociedade de classes: formar indivíduos treináveis para o trabalho. (ARAPIRACA, 1982, p. 137):

[...] não nos esqueçamos de que o modelo da Escola Polivalente foi uma solução buscada justamente para compatibilizar e legitimar o novo pacto de alinhamento a que se submetia o governo brasileiro com o capitalismo norte-americano como parceiro periférico no continente. Mesmo porque, inclusive, é próprio do aparelho educativo desenvolver os mecanismos sociais capazes de tornar legítima a ação do poder do estado. [...] E a prática da educação politécnica pela escola Única não é uma prática aplicável em sociedades ordenadas por modos de produção que legalizam a apropriação privada dos meios de produção. Nossa realidade, então, é uma sociedade de classe, e o papel oficial de educação aqui é reproduzir os valores da classe que detém o poder.

Conhecendo então os objetivos políticos/ideológicos da educação aplicada nas Escolas Polivalentes, neste momento se faz necessário conhecer o funcionamento da mesma, por meio de sua organização interna. De acordo com Arapiraca (1982, p.159), esta Escola treinável funcionava, caracterizava-se e se organizava assim:

- a) Escola Polivalente do tipo Integrada. Caracteriza-se pela possibilidade que tem de comportar alunos da 1ª à 8ª série. Desse modo, física, pedagógica e administrativamente ela também é integrada.
- b) Escola polivalente da 5ª à 8ª série, caracteriza-se pela propriedade que tem de absorver o contingente escolar de outras escolas, os antigos primários. Ela assume duas funções básicas:

1º é chamada de escola aberta, quando recebe alunos concluintes da 4ª série de 1º grau de qualquer escola da rede.

[...] O modulo de aluno é estimado em 800 para a escola aberta e de 5ª à 8ª série, sendo 400 alunos por turno, e 40 por turma.

Observando estas informações e confirmando com antigos alunos e professores que participaram da Escola Polivalente San Diego, naquele momento, os mesmos confirmaram que lá funcionava de acordo com a letra (b) e com o modelo de escola aberta, confirmando, também, que o módulo de alunos era estimado em 800 e funcionava em dois turnos. Quanto ao currículo, tinha como disciplinas obrigatórias as disciplinas de caráter prático e vocacional, dividindo-se assim: os alunos da 5ª e 6ª séries eram obrigados a ter um mínimo de atividades práticas, variando entre Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Economia Doméstica e Educação para o Lar. Qual a finalidade desta primeira fase? Cumprir uma sondagem vocacional dos alunos e perceber qual a melhor aptidão deles no mercado de trabalho através de práticas oferecidas na escola. Já na 7ª série, o aluno era obrigado a escolher uma das opções acima oferecidas nas 5ª e 6ª séries. Chegando à 8ª série, o aluno decidia pela opção escolhida anteriormente por ele.

Deste modo, o currículo em prática naquele modelo de escola estava completamente voltado para a finalidade de desenvolver nos sujeitos uma vocação profissional, e “jamais” se pensou na formação de um cidadão pleno, sujeito histórico, crítico, que fosse capaz de compreender o contexto em que estava inserido e de transformar a realidade social.

Diante disso, o currículo implantado naquelas escolas expressava exatamente o modelo desejado de escola pelas classes dominantes: manter os subjugados na condição de trabalhadores obedientes. Afinal, o currículo é historicamente um instrumento de poder. Assim, sua finalidade era manter a ordem sócio-histórica adotada no Brasil e, junto à Lei 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estava oficializada a modernização do ensino brasileiro naquele momento histórico. Apesar do currículo, da Lei 5692/71 e de toda a estrutura montada para o aparelho escolar funcionar no processo de dominação, o modelo de Escola Polivalente não deu certo, faliu.

## **POLIVALENTE SAN DIEGO, ONTEM E HOJE**

A implantação da Escola Polivalente San Diego em Salvador foi um exemplo do resultado do que anteriormente já foi discutido, ou seja, Política da Boa Vizinhança ou Aliança para o Progresso, acordo entre o MEC/USAID e principalmente o momento histórico, político e econômico que o Brasil estava vivendo: a Ditadura Militar a partir de 1964. Conseqüentemente, havia todo um contexto histórico para que aquele modelo de educação fosse implantado através das Escolas Polivalentes em todo o país. Mas é em Salvador que três Escolas Polivalentes foram criadas; dentre elas, estava a já citada: Polivalente San Diego, esta que foi criada na antiga Ilha de Santa Luzia. Segundo Carvalho (2002, p.111) “Em 1972 foi inaugurada a Escola Polivalente San Diego na Ilha de Santa Luzia, Bairro do Uruguai (...)”. Observa-se, então, que o projeto de criar este modelo de escola, em áreas carentes da cidade, era uma prática necessária para o novo projeto de educação. Afinal, naqueles espaços estavam aqueles sujeitos que mais facilmente seriam treináveis na nova proposta de educação do governo brasileiro. Logo, com os Alagados, o Uruguai tinha todas as características sociais e históricas para aquele projeto. Em nota do jornal A Tarde (Terça-Feira, 08 de setembro de 1964): “Incêndio no Uruguai Matou duas Crianças. Duas crianças morreram carbonizadas em conseqüências do incêndio que destruiu um ‘barraco’ situado nas palafitas que rodeiam uma das áreas de “invasões” no bairro do Uruguai, no fim da rua Regis Pacheco”. Assim, esta escola foi criada em uma área de exclusão social e foi oficializada, através do (Diário Oficial do Estado da Bahia, p. 6 – Terça feira, 21/03/1972), por meio do: *Decreto nº 22.807 de 20 de março de 1972*.

A Escola Polivalente San Diego continua no mesmo local em que foi criada em 1972, no contexto da Aliança para o Progresso e, principalmente, da Ditadura Militar no Brasil.



Atualmente, esta Escola continua cumprindo muito bem o modelo de reprodução exigido pelo Estado Oficial. Hoje, a Escola é denominada Colégio Polivalente San Diego, a partir da portaria de nº 8574 – publicada no Diário Oficial do Estado, 02/10/2002, passando a ter o Ensino Médio como também a categoria de Colégio. Oferece o modelo de educação oficial do Estado, sendo que, no momento histórico que está vivendo a educação pública, este colégio oferece uma formação educacional rápida, como o próprio tempo em que estamos vivendo, um tempo de tecnologia de ponta um tempo de distâncias extremamente curtas. Conseqüentemente, o tempo de o aluno permanecer no colégio se “formando” tem de ser rápido, curto, para alcançar os objetivos desejados pelo Estado Oficial de Exclusão, por meio da educação.

Atualmente, este colégio coloca em prática o método Fluxo Escolar, durante o dia, para os alunos da 5ª a 8ª série; e à noite, funciona como uma readaptação deste mesmo fluxo escolar, que foi transformado em Aceleração II e III. Terminada a Aceleração III, os alunos estão, segundo o discurso do Estado através da Secretaria de Educação, prontos para fazer vestibular e conseguir um bom emprego. Enfim, a escola os preparou para serem verdadeiros cidadãos? Cidadãos plenos? Será? Parece que este “cidadão de papel”, nem para o trabalho serve, devido à péssima formação. Agora, imaginar uma cidadania plena, neste contexto de exclusão social, é algo que tem de ser repensado. Qual o papel desta escola, desta educação que está sendo dada para estes “futuros cidadãos”? Assim, é possível perceber que o atual Colégio Polivalente San Diego está mais uma vez reproduzindo os interesses das elites dominantes deste país, principalmente do Estado da Bahia, através do programa de correção do fluxo escolar e aceleração II e III. Diante disso, mais uma vez se comprova que as elites brasileiras e, neste caso, a baiana têm utilizado a educação como um mecanismo de exclusão social da maioria da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode perder de vista que a educação, historicamente, tem representado os interesses político-ideológicos dos grupos dominantes. É importante entender que a educação, como instituição, e a escola, como espaço físico, não são espaços neutros, mas complexos de relações e interesses voltados para a reprodução ou desconstrução dos valores estabelecidos. Assim, é possível perceber, por meio do contexto da Aliança para o Progresso, um projeto de dominação através da “ajuda”, implantado pelos EUA, para submeter os países em desenvolvimento ao seu comando e assim evitar qualquer movimento de cunho socialista no restante do continente latino-americano. Afinal, a Guerra Fria dividia o mundo em socialistas e capitalistas e, na América Latina, Cuba era o maior exemplo do socialismo.

Logo, os EUA, através de suas políticas de expansão, fizeram com que as elites locais se submetessem, através do controle do Estado, ao comando das novas relações de dominação capitalista. Foi através da Ditadura Militar, resultado de um golpe da direita brasileira, que completou o modelo de dominação por meio do principal mecanismo de controle político e ideológico – a educação. Procurou formar uma “massa” de pessoas obedientes para serem inseridas na produção, formando então um trabalhador flexível e facilmente controlável no novo contexto da industrialização do país. Foi naquele contexto histórico que, em Salvador, três Escolas Polivalentes foram criadas; dentre elas, a Escola Polivalente San Diego, que foi implantada em uma área pobre, miserável, na antiga Ilha de Santa Luzia, nos Alagados, hoje fim de linha do Uruguai.

Chega-se então à conclusão de que aquela unidade escolar tinha o objetivo de formar um trabalhador/consumidor flexível que não tinha conhecimento crítico da realidade social e histórica, à qual estava inserido. Logo, as Escolas Polivalentes foram a expressão maior que a educação oferecida naquele contexto histórico, o da Ditadura Militar; não estavam voltadas para

formar verdadeiros cidadãos, mas trabalhadores e consumidores obedientes ao novo modelo de sociedade/industrial desenvolvimentista que exigia da maioria da população o mínimo de conhecimento. Estava assim, a Escola Polivalente San Diego, como mecanismo de controle social, cumprindo o seu papel histórico naquele Brasil, que estava vivendo sob o Regime Militar, imposta pela Aliança para o Progresso.

## REFERÊNCIAS

**ARAPIRACA, J. O. A USAID e a Educação Brasileira.** Série Memória da Educação- Editora Autores Associados – Cortez Editora – SP. 1982

**CARVALHO, E. T. de.** Os Alagados da Bahia, Intervenções Públicas e apropriação Informal do Espaço Urbano. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, em 2002.

**IANNI, Octavio. Imperialismo na América Latina.** 2ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1988

**SILVA, F. C. T. da.; LINHARES, M. Y. (Org.). Brasil, em Direção ao Século XXI.** História Geral do Brasil. 6ª edição atualizada –Edit. Campus, 1996. 9/ 335-379. Rio de Janeiro.

## FONTES PRIMÁRIAS

**A TARDE** – Terça-feira - 08 de Setembro de 1964

**A TARDE** – Quinta-Feira – 17 de Dezembro de 1964

**A TARDE** – Sábado – 11 de Julho de 1964

**A TARDE.** – Sexta-Feira – 10 de Março – 1972

**Diário Oficial do Estado (DOE)** – Terça Feira – 21 de Março de 1972 – p. 06

**Diário Oficial do Estado (DOE)** – Quarta-Feira – 02 de Outubro de 2002 – p. 04

**NACIONAL,** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei. Nº 5.692,** de 11 de Agosto de 1971.